

**Projeto Pedagógico de Curso de Qualificação Profissional -  
Formação Continuada para Professores de Educação de Jovens e  
Adultos**

**1. Identificação**

<b>Dados da Instituição:</b> Instituto Federal Catarinense – <i>Campus Camboriú</i>			
<b>CNPJ:</b> 10.635.424/0001-86			
<b>Endereço:</b> Rua: Joaquim Garcia, s/c - Caixa Postal nº 2016			
Bairro: Centro	Cidade: Camboriú	CEP: 88340-055	Telefone: (47) 2104-0800

**1.1 Coordenadores do curso**

Nome	Função	Unidade	Contato
Rosicler Gonçalves Schiavini	Coordenadora	<i>Campus Araquari</i>	<a href="mailto:rosicler.schiavini@ifc.edu.br">rosicler.schiavini@ifc.edu.br</a>
Letícia Lenzi	Vice-coordenadora	<i>Campus Camboriú</i>	<a href="mailto:leticia.lenzi@ifc.edu.br">leticia.lenzi@ifc.edu.br</a>

**1.2 Comissão de elaboração e sistematização**

Nome	Função	Unidade	Contato
Humberto Luis de Cesaro	Professor EBTT	<i>Campus Luzerna</i>	<a href="mailto:humberto.cesaro@ifc.edu.br">humberto.cesaro@ifc.edu.br</a>
Josiele Heide Azevedo	Pedagoga	Reitoria	<a href="mailto:josiele.azevedo@ifc.edu.br">josiele.azevedo@ifc.edu.br</a>
Juliano Vilmar Santos	Técnico em Assuntos Educacionais	Reitoria	<a href="mailto:juliano.santos@ifc.edu.br">juliano.santos@ifc.edu.br</a>
Letícia Lenzi	Professora EBTT	<i>Campus Camboriú</i>	<a href="mailto:leticia.lenzi@ifc.edu.br">leticia.lenzi@ifc.edu.br</a>
Lucyene Lopes da Silva	Professora EBTT	<i>Campus Avançado Sombrio</i>	<a href="mailto:lucyene.nunes@ifc.edu.br">lucyene.nunes@ifc.edu.br</a>
Neiva Hoeppers de Araujo	Pedagoga - Orientação Educacional	<i>Campus Rio do Sul</i>	<a href="mailto:neiva.araujo@ifc.edu.br">neiva.araujo@ifc.edu.br</a>

Rosicler Gonçalves Schiavini	Professora EBTT	Campus Araquari	rosicler.schiavini@ifc.edu.br
Suzana Maria Pozzer da Silveira	Professora EBTT	Campus Santa Rosa do Sul	suzana.silveira@ifc.edu.br

### 1.3 Docentes do curso

Nome	Formação/Titulação	Unidade curricular	Carga horária no curso
1- Emerson Bianchini Estivalete	História/Doutorado em Educação		
2 - Andressa Graziele Brandt	Pedagogia/Doutorado em Educação	Módulo 1	15h
3- Patrícia Castellen	Bióloga/Doutorado em Bioquímica.		
4 - Moacir Gubert Tavares	Licenciatura em Ciências Agrícolas e Pedagogia : Mestrado e Doutorado em Educação		
1 - Letícia Lenzi	Filosofia/Doutorado em Educação Científica e Tecnológica		
2 - Fabio Alves dos Santos Dias	Sociologia/Doutorado em Sociologia	Módulo 2	20h
3 - Hernandez Vivan Eichenberger	Filosofia/Doutorado em Filosofia		
4- Ricardo Velho	Graduação em Ciências sociais. Mestre em Sociologia Política. Doutor em Educação.		
1- Humberto Luis de Cesaro	Educação Física /		

Ministério da Educação  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense  
 Conselho Superior

	Doutorado em Ciências do Movimento Humano  Pedagogia/ Mestrado em Educação  Ciências Sociais/ Doutorado Sociologia	Módulo 3	20h
2 - Jane Valter  3 - Suzana Suzana Maria Pozzer da Silveira			
1 - Cláudia Fátima Kuiawinski  2 - Rosicler G. Schiavini  3 - Paula Andrea Grawieski Civiero  4. Greici Gubert	Pedagogia/ Mestrado em Educação  Letras / Mestrado em Educação  Graduação em Matemática (FAFI) Especialização em Metodologia de Ensino de Matemática (UNIDAVI/UFSC) Mestrado em Ensino de Matemática (UFRGS) Doutorado em Educação Científica e Tecnológica (UFSC)  Bacharelado em Física Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais Doutora em Física	Módulo 4	20h
1 - Humberto Luis de Cesaro  2 - Andressa Graziele Brandt  3 - Lucyene Lopes da Silva  4 - Greici Gubert	Educação Física / Doutorado em Ciências do Movimento Humano  Pedagogia/Doutorado em Educação  Administração/ Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento  Bacharelado em Física Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais Doutora em Física	Módulo 5	25h

## **2. Apresentação**

## **Apresentação do Campus Camboriú**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais. O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs.

Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim, novos *campi* do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão, foram criados os *campi*: Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No primeiro semestre de 2014, o antigo *Campus Sombrio* (sede) passou a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao *Campus* estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em *Campus Avançado Sombrio*. O IFC possui 15 *Campi* distribuídos no estado (Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), sendo que em Rio do Sul há uma Unidade Sede e uma Unidade Urbana e o *Campus Abelardo Luz* está em processo de implantação. A Reitoria do IFC está instalada no município de Blumenau.

O *Campus Camboriú*, denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC até final de 2008, foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre os Governos Federal e do Estado de Santa Catarina. Localizado no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, o *Campus* possui atualmente uma área total de 210 hectares, com 20.000 m<sup>2</sup> de área construída, sendo o restante destinado para o desenvolvimento de projetos, preservação florestal e hídrica, jardins, urbanização e outros.

Em 1962, foi dado início às atividades pedagógicas, com o oferecimento do Curso Ginásial Agrícola. Em 1965, foi criado o curso técnico em Agricultura, o qual passou, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária. No início, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, ficou vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O decreto nº. 62.178 de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do CAC para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau profissionalizante.

No ano de 1990, o CAC passou a oferecer o curso técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao ensino médio. Apesar de ser uma instituição reconhecidamente agrícola, a partir de 2000, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, passou a oferecer cursos técnicos nas áreas de

Informática e Meio Ambiente. Em 2003, passou a oferecer também o curso técnico em Transações Imobiliárias, e em 2008, iniciou-se o Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade. Em 2007, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – oferecendo ensino médio com qualificação profissional. Hoje o Campus oferece qualificação em Agroindústria e Agente de Observação de Segurança.

Em 2009, o CAC transformou-se num dos *campi* do IFC, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos e assim tivessem a possibilidade de oferecer cursos superiores, como faculta a lei, mantendo, porém, 50% das vagas destinadas a cursos técnicos. Em 2010, o curso técnico integrado de Turismo e Hospitalidade foi substituído pelo curso técnico integrado em Hospedagem. O Campus iniciou também a oferta de cursos superiores, sendo os primeiros: Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Negócios Imobiliários. Em 2011, a instituição passou a oferecer o Curso Técnico Integrado em Controle Ambiental e foram criados os cursos técnicos subsequentes em Segurança do Trabalho e Redes de Computadores. Além desses, mais dois cursos superiores tiveram início: Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Matemática e Pedagogia. Em 2015 iniciou-se a oferta de vagas no Curso Técnico em Defesa Civil, na forma Subsequente.

Entre 2016 e 2019, o Campus Camboriú deu início em mais uma fase do seu crescimento na área de ensino e pesquisa com a criação de cursos de Pós-Graduação, são eles: Pós-Graduação em Educação (*Lato Sensu*) e Pós-Graduação de Treinador e Instrutor de Cães-Guia (*Lato Sensu*), Pós Graduação Gestão de Negócios (*Lato Sensu*), e Pós Graduação em Educação (*Stricto Sensu*) - Mestrado. No ano de 2019 também foi aprovado o curso Superior em Agronomia que iniciou suas atividades em 2020. Atualmente, o IFC – Campus Camboriú conta com aproximadamente 3000 alunos, sendo distribuídos em 7 cursos técnicos, PROEJA, 6 cursos superiores e 4 pós-graduações.

### 3. Dados Gerais do Curso

**Nome do curso:** Formação continuada para professores de Educação de Jovens e Adultos.

**Eixo tecnológico:** Desenvolvimento Educacional e Social

**Categoria:** ( ) Formação inicial ( X ) Formação continuada

**Carga horária:** 100h

**Escolaridade mínima:** Ensino Superior completo ou cursando

**Números de vagas (turma):** 120 vagas assim distribuídas:

100 vagas para servidores das escolas parceiras

20 vagas para servidores dos *campi* do IFC que atuem na oferta da EJA- EPT

**Periodicidade das aulas:** Semanal

**Modalidade de oferta:** ( ) Presencial ( X ) Distância

**Turno:** Ofertado a distância com atividades *on-line* a serem definidas por cada unidade curricular. Haverá um (01) encontro presencial.

**Local de oferta:** Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú

### 4. Justificativa

O curso de “Formação continuada para professores de Educação de Jovens e Adultos” faz parte da implementação do “Curso de Educação de Jovens e Adultos articulado à Qualificação Profissional em EJA-EPT”, que será ofertado em parceria com as redes municipais e estaduais de Ensino do Estado de Santa Catarina, a partir do ano de 2021. Neste curso, a formação geral, de nível fundamental ou médio, será ofertada pela instituição parceira, enquanto a formação profissional será de responsabilidade do IFC.

Além da construção de um projeto pedagógico único, a ser elaborado de forma integrada com a instituição parceira, entende-se que a implementação dos cursos de EJA-EPT devem ser realizados de forma a concretizar os objetivos institucionais dos cursos de EJA, em que se busca oferecer, simultaneamente, a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos sujeitos. Neste sentido, a capacitação da equipe de trabalho, principalmente dos professores das instituições parceiras, para uma compreensão ampla e aprofundada de toda a dinâmica histórica, política, social e pedagógica que compreende a EJA-EPT, torna-se parte essencial deste processo.

Desta forma, a oferta de um curso de formação continuada para professores de EJA vem satisfazer uma das prerrogativas presentes na Resolução n. 44/2020 do Consuper, que trata das diretrizes da EJA para o Instituto Federal Catarinense, onde se lê:

Art. 9º A formação pedagógica dos docentes e técnicos administrativos atuantes nos cursos da EJA deve propiciar o engajamento, o aperfeiçoamento e o reconhecimento dos profissionais que atuam com jovens e adultos e criar condições para a produção dos saberes nesta área.

Assim, o investimento em formação continuada, tal como expresso na política de EJA do Instituto Federal Catarinense, é importante não apenas para aumentar a qualidade do ensino através da aquisição e atualização de conhecimentos por parte dos docentes, mas também, e principalmente, para somar esforços na concretização das finalidades e funções específicas da EJA presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), quais sejam, a função reparadora, aquela que deve restaurar o direito de uma escola de qualidade, a função equalizadora, aquela que visa restabelecer a trajetória escolar dos sujeitos e, por fim, a qualificadora, que deve propiciar a atualização e aquisição de novos conhecimentos.

## **5. Objetivos do Curso (geral e específicos)**

### **Objetivo geral**

Compreender a Educação de Jovens e Adultos em sua ampla dinâmica histórica, social, política e cultural, contemplando a diversidade dos sujeitos e as suas relações com o mundo do trabalho.

### **Objetivos específicos**

- a) Compreender a trajetória histórica da EJA no Brasil, com ênfase nas conquistas, nos desafios e nos avanços necessários para a garantia do acesso, permanência e êxito dos estudantes jovens e adultos na conclusão

- da educação básica enquanto direito fundamental;
- b) Refletir sobre os princípios políticos e pedagógicos que orientam a Educação de Jovens e Adultos, bem como a sua integração com a educação profissional e a articulação com o mundo do Trabalho no século XXI;
  - c) Reconhecer as especificidades e características dos sujeitos da EJA como caminho para busca de soluções a partir da valorização da diversidade, da experiência e dos saberes que marcam a trajetória de vida e a identidade do aprendiz jovem e adulto;
  - d) Refletir sobre a atuação do professor na consolidação dos objetivos políticos e pedagógicos da EJA e na formação de cidadãos críticos, reflexivos e contributivos para a sociedade;
  - e) Refletir sobre o currículo e as práticas pedagógicas na EJA-EPT, enquanto caminhos e proposições para a humanização dos sujeitos e para a construção da cidadania.

## **6. Público-alvo**

Servidores que atuam na modalidade EJA em instituição pública da rede estadual e/ou municipal com acordo de Cooperação técnico-científico com o Instituto Federal Catarinense, demais professores da rede municipal e/ou estadual de ensino de Santa Catarina e servidores do Instituto Federal Catarinense.

## **7. Pré-requisitos e mecanismos de acesso ao curso**

- 1) O preenchimento das 100 vagas deve ser feito prioritariamente por servidor das escolas parceiras na oferta de cursos de EJA- EPT com o IFC;
  - 1.1) As vagas não preenchidas por servidores das escolas estaduais e/ou municipais em parceria com o IFC serão preenchidas por servidores das demais escolas públicas municipais e/ou estaduais de Santa Catarina;
  - 1.2) As vagas residuais serão preenchidas por servidores do IFC dos *campi* ofertante de EJA em parceria com o estado ou com o município;
  - 1.3) Caso não sejam ocupadas todas as vagas, elas poderão ser preenchidas por servidores dos demais *campi* do IFC.
- 2) Serão ofertadas 20 vagas para servidores dos *campi* do IFC que ofertarão os cursos em parceria;
  - 2.1) Caso não sejam ocupadas todas as vagas, estas poderão ser preenchidas por servidores dos demais *campi* do IFC.

\* Para ingresso no curso é necessário que o candidato tenha o ensino superior completo ou esteja cursando.

## 8. Perfil do egresso

A partir de uma visão ampla da trajetória da EJA e da EPT no Brasil, o egresso deverá compreender a importância dessa modalidade para a construção da cidadania do educando, sendo capaz de desnaturalizar os estereótipos e preconceitos em relação ao estudante jovem e adulto que retorna à escola. Trata-se de entender o sujeito da EJA a partir da negação histórica da sua humanidade, como um ser menos, e desenvolver práticas pedagógicas que valorizem suas identidades, saberes e fazeres.

Nesse sentido, o egresso deverá ser capaz de entender a relação da Educação com o mundo do trabalho e com a lógica do modo de produção capitalista, intrinsecamente excludente e desigual. Em face deste contexto, apreender que a Educação, em si, não é capaz de resolver as contradições da sociedade regida pelo capital, mas possui um papel imprescindível para a apreensão do legado cultural da humanidade em seu mais alto nível, de forma a possibilitar a ampliação da consciência crítica e reflexiva dos sujeitos, bem como a atuação política e contributiva na sociedade.

Ademais, o egresso deverá relacionar a EJA com a Educação Profissional e Tecnológica, entendendo-a como um aporte imprescindível para a formação integral ou omnilateral, dentro de uma perspectiva de indissociabilidade entre teoria e prática, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por fim, o egresso também será capaz de avaliar como a EJA-EPT pode contribuir para o desenvolvimento de inovações sociotécnicas com vistas à justiça social e ambiental. Com base em todo este suporte teórico, o egresso terá subsídios para refletir sobre o ser docente na EJA, sobre as práticas pedagógicas e as estratégias para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes jovens e adultos.

## 9. Matriz Curricular

	Componentes Curriculares	Carga horária
1.	Desenvolvimento histórico da EJA no Brasil	15h
2.	Fundamentos político-pedagógicos da EJA	20h
3.	Os sujeitos e a especificidade da EJA	20h
4.	Formação docente para EJA	20h
5.	Curriculum e Práticas Pedagógicas na EJA-EPT	25h
Carga horária total		100h

## 10. Ementário

Desenvolvimento histórico da EJA no Brasil. EJA e a Educação Profissional. Fundamentos político-pedagógicos da EJA. Os sujeitos e a especificidade da EJA. Formação docente para EJA. Curriculum e Práticas Pedagógicas na EJA-EPT.

Ementa: Origem da EJA na história da educação brasileira. Marcos legais da EJA. EJA e a Educação Popular. EJA na atualidade.	
Módulo 2 - Fundamentos político-pedagógicos da EJA.	Carga horária: 20h
Ementa: Capital, Trabalho, Educação. A relação humanidade-natureza e a questão ambiental. Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Princípios e funções sociais da EJA. EJA e a Educação Profissional.	
Módulo 3 - Os sujeitos e a especificidade da EJA.	Carga horária: 20h
Ementa: Quem são os sujeitos da EJA? Os sujeitos e as especificidades da EJA. Características do aprendiz na EJA: valorização dos saberes e fazeres. Histórias e trajetórias de Jovens e Adultos em busca da escolarização.	
Módulo 4 - Formação docente para EJA.	Carga horária: 20h
Ementa: O “Ser docente” na EJA. Fundamentos conceituais, metodológicos e políticos para professores de EJA. Estratégias de acesso, permanência e êxito; Formação de professores para EJA: desafios e perspectivas.	
Módulo 5 - Currículo e Práticas Pedagógicas na EJA-EPT.	Carga horária: 25h
Ementa: Teorias do Currículo. Currículo e EPT. Organização curricular para os sujeitos da EJA-EPT. Propostas de práticas pedagógicas para a EJA-EPT.	

## 11. Procedimentos didático-metodológicos

O curso será desenvolvido em formato EAD, nos chamados “Ambientes Virtuais de Aprendizagem” (AVA), onde será viabilizada a comunicação multidirecional entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

No software “MOODLE”, serão disponibilizadas diversas mídias com linguagens pedagógicas, com o intuito de facilitar o processo de aprendizagem, são elas: vídeo-aulas gravadas, fóruns de discussão, mensagens, *chats*, bibliotecas virtuais, tarefas para fixação do conteúdo ou avaliativas, entre outras.

A interação entre os alunos e professores se dará de forma síncrona, em encontros *on-line* previamente agendados, e assíncrona, de acordo com plano de ensino e cronograma de cada módulo. Todos os encontros síncronos serão gravados pelo docente, possibilitando aos alunos que não puderem estar presentes naquele momento, assistirem a aula em momento oportuno.

Como recurso didático, os professores utilizarão textos didáticos selecionados para leitura, vídeoaulas gravadas, imagens, filmes e documentários, e outros materiais didáticos produzidos e selecionados pelo docente de cada módulo. A mediação da aprendizagem e a avaliação serão realizadas pelos professores responsáveis por cada uma das cinco unidades curriculares que constituem o curso.

Ao longo do curso haverá um (01) encontro presencial, será realizado no Campus Camboriú do Instituto Federal Catarinense.

## **12. Instrumentos de Avaliação**

A avaliação da aprendizagem será realizada de forma contínua, compreendendo a avaliação do aproveitamento das atividades disponibilizadas no AVA, ao longo de cada módulo. Ao término de cada unidade curricular, os professores atribuirão uma nota, expressa em algarismo de 0,0 (zero) à 10,0 (dez), que serão registradas de acordo com as normas regimentais. Para a conclusão do curso, os alunos deverão obter média igual ou superior a 6,0 (seis) em cada módulo e 75% de frequência.

Os instrumentos utilizados para a avaliação serão selecionados por cada docente e expressos em seu plano de ensino previamente apresentado aos alunos, de forma que todos estejam cientes dos critérios utilizados. As ferramentas de avaliação elencadas por cada docente poderão ser: produções textuais, de vídeo, mensagens de texto, de voz, participação nos fóruns de discussão, questionários, relatos de experiência, autoavaliação, entre muitos outros. Os critérios para a avaliação compreendem a coesão, coerência e organicidade de toda a produção oral ou escrita do educando, bem como a sua participação em todas as atividades propostas.

Ao longo do processo de interação e aprendizagem via AVA, espera-se do aluno uma atitude proativa, investigativa, curiosa, e que possa compartilhar suas reflexões e aprendizados com os demais alunos e professores. Espera-se do aluno o comprometimento e o desenvolvimento de uma aprendizagem baseada na reflexão crítica, na autonomia e na colaboração.

## **13. Condições para Aprovação/Certificação**

Para conclusão do curso e certificação, a avaliação será processual, analisando o desenvolvimento de cada aluno e considerará a capacidade de reflexão, criticidade e diálogo entre os conhecimentos profissionais teórico e prático pedagógicos voltados para a EJA. A percepção da evolução do aluno será por meio de interação por *chats* e fóruns e pela realização de atividades definidas no planejamento de cada unidade curricular.

O cursista deve ter no mínimo 75% de frequência. A frequência será computada mediante a realização das atividades propostas em cada módulo, disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem. A média final deve ser igual ou superior a 6,0 (seis), nas atividades avaliativas. Caso o cursista não atingir a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, terá direito a realizar uma reavaliação de acordo com o plano de ensino de cada professor. Se, ainda assim, não obtiver média satisfatória, poderá refazer os módulos durante a vigência do curso.

## **14. Certificação**

O aluno que obtiver aprovação no curso receberá certificado de: “Formação continuada para professores de Educação de Jovens e Adultos” com carga horária de 100 horas.

## 15. Cronograma

O curso iniciará em março de 2021. A carga horária total de 100 horas, será distribuída em cinco módulos, que serão ministrados ao longo de todo o ano letivo de 2021, de acordo com o cronograma a seguir:

Módulos	2021								
	Abr	Maio	Jun	Julh	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aula Inaugural	X								
Módulo 1(15h)	X	X							
Módulo 2(20h)		X	X						
Módulo 3(20h)			X	X					
Módulo 4(20h)					X	X			
Módulo 5(25h)							X	X	X
Encerramento									X

## 16. Infraestrutura física e equipamentos

Para realização do curso são necessários dispositivos eletrônicos e/ou computadores com acesso à Internet. Os estudantes terão acesso a computadores nas dependências de cada *Campus* do Instituto Federal Catarinense participante.

## 17. Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação:** da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo, Ed. Cortez, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo. Boitempo, 2018.

ARROYO, Miguel G. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leônicio. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. pp. 17-32.

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L.; SOARES, Leônicio. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. pp. 19-50.

BRASIL. **Lei nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Parecer n. 11, de 10 de maio de 2000. Contempla as funções da Educação de Jovens e Adultos: reparadora, equalizadora e qualificadora. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de junho de 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf)

BRASIL, Resolução CNE/CEB n. 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de julho de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

BRASIL. **Lei nº. 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos:** prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

COLAVITTO, N.B e ARRUDA, A.L.M.M. Educação de Jovens e Adultos (eja): A Importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – n. 1**, 2014

DAYRELL, Juarez T. A Juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais – novos sujeitos. In: GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L.; SOARES, Leônicio. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.53-67.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 2011.

FRIEDRICH et.al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação**

das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, pp. 389-410, abr./jun, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação - CUT, 2005.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau**. O trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

LEÃO, Geraldo M. P. Políticas de Juventude e Educação de Jovens e Adultos: tecendo diálogos a partir dos sujeitos. In: GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L.; SOARES, Leônicio. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. pp. 69-83.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2011.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, pp. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, pp. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

MOURA, M. G. C. **Educação de jovens e adultos**: um olhar sobre sua trajetória histórica. Curitiba: Educarte, 2003.

NOSELLA, Paolo. O trabalho como princípio pedagógico em Marx, Lênin e Gramsci e a sua problemática na atualidade. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 25 pp. 271-274, março, 2007.

NOSELLA, Paolo. Para além da formação política. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34 jan./abr. 2007

NOSELLA, Paolo. Em busca de um princípio pedagógico. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, vol. 32, n. 117 out/dez. pp. 1051-1066, 2011.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: unitário ou multiforme? **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan-mar, 2015.

OLIVEIRA, I. B. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. **Educ. rev.** [online], n. 29, pp. 83-100, 2007.

OLIVEIRA , I. B. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In: PAIVA, J.; OLIVEIRA, I. B. de (Org.). **Educação de jovens e Adultos**. Petrópolis: DP et Alii, 2009.

OLIVEIRA. M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 12, 1999.

POUBEL, Clarissa menezes de Souza; PINHO, Leandro Garcia; TAVARES, Gerson do Carmo. Uma arena de tensões: a história da EJA ao PROEJA. **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 1, pp. 125-140, jan.-abr., 2017.

RAMOS, M. S. Educação básica e educação profissional na EJA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba:PUCPR, 2015. pp. 42987-43000.

SOARES, Leônicio. Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos. In: GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L.; SOARES, Leônicio. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. pp. 273-289.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, pp. 49-59, jun., 2010.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca Figueiredo (Orgs.). **Trabalho sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo : Instituto Lukács, 2012.– 2. ed. rev.

TUMOLO, P. S. Trabalho: categoria chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 39-70, jul/dez, 1996.

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.